



Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

INSTRUÇÃO DO PERÍODO

| | |
|------------------------------|---|
| Processo TC | 5917/989/16 |
| Poder | LEGISLATIVO |
| Município | Santa Cruz da Conceição |
| Entidade | CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA CONCEIÇÃO |
| Período | 12/2017 |
| Relator | Dr. Antonio Roque Citadini |
| Unidade Fiscalizadora | UR-10 UNIDADE REGIONAL DE ARARAS |
| Responsável | Vinícius Benedito |
| Cargo | PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL |
| CPF | 035.464.968-09 |
| Período de Gestão | 01/01/2017 a 31/12/2017 |

Em atendimento ao disposto nas Instruções N°2/08 e na Ordem de Serviço SDG 02/09, temos a informar o seguinte:

ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE

1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE

Todos os documentos foram entregues no prazo estabelecido

2 - Assunto de Fiscalização: LRF

2.1 - GF26 - Análise dos Restos a Pagar - Movimentação até o Período

A análise encontra-se prejudicada uma vez que o Poder não possui Restos a Pagar

2.2 - GF27 - Despesas com Pessoal

Visando a um melhor acompanhamento, demonstramos a seguir as informações apuradas nos três quadrimestres imediatamente anteriores, bem como no quadrimestre ora analisado:

| Período | Gastos | RCL | % Gasto | % Permitido Legal |
|---------|----------------|-------------------|---------|-------------------|
| 12/2016 | R\$ 367.013,85 | R\$ 21.123.569,77 | 1,7375% | 6,0000% |
| 4/2017 | R\$ 375.085,79 | R\$ 21.687.282,88 | 1,7295% | 6,0000% |
| 8/2017 | R\$ 387.812,45 | R\$ 21.778.132,97 | 1,7807% | 6,0000% |
| 12/2017 | R\$ 414.736,45 | R\$ 21.131.869,94 | 1,9626% | 6,0000% |

Diante dos elementos apurados acima, verificamos que a despesa total com pessoal não superou o limite previsto no art. 20, inciso III, da Lei Complementar n.º 101, de 04/05/2000, não sendo necessária a emissão de alerta ao Poder em tela, tendo em vista que o percentual apurado acima não ultrapassou aquele previsto no art. 59, § 1º, inciso II, da Lei supracitada.

2.3 - GF36 - Despesas com Pessoal (último ano de mandato/ano eleitoral)

| Período | Desp. Pessoal | RCL | % Gasto | % Ref. |
|---------|----------------|-------------------|---------|---------|
| 6/2017 | R\$ 381.971,22 | R\$ 21.871.551,31 | 1,7464% | 1,7464% |
| 7/2017 | R\$ 389.375,87 | R\$ 21.840.099,33 | 1,7828% | 1,7464% |
| 8/2017 | R\$ 387.812,45 | R\$ 21.778.132,97 | 1,7807% | 1,7464% |
| 9/2017 | R\$ 392.309,49 | R\$ 21.878.305,96 | 1,7931% | 1,7464% |
| 10/2017 | R\$ 397.143,34 | R\$ 21.879.817,61 | 1,8151% | 1,7464% |
| 11/2017 | R\$ 404.004,00 | R\$ 21.405.614,12 | 1,8874% | 1,7464% |
| 12/2017 | R\$ 414.736,45 | R\$ 21.131.869,94 | 1,9626% | 1,7464% |

A despesa com pessoal no encerramento do mês 12/2017, calculada na forma do art.18, § 2º da LRF, importou em 1,9626%, sendo verificado acréscimo em relação ao percentual apurado em 6/2017, devendo, portanto, o Poder em questão ser alertado para fins de observar a vedação contida no parágrafo único dos artigos 21 e 22 da LRF.

Em relação ao período dos 180 dias finais de mandato, verificou-se acréscimo percentual em relação ao apurado no mês de 6/2017, no(s) mês(es) acima indicados, situação que deverá ser confirmada por ocasião da inspeção "in loco", para fins do disposto no art.21, parágrafo único da LRF.

2.4 - GF37 - Análise das despesas assumidas nos últimos quatro bimestres (Art. 42 da LRF)

| | |
|---|---------------|
| Disponibilidade Financeira em 30/04 | R\$ 75.201,15 |
| (-) Saldo de Restos a Pagar até 30/04 | R\$ 0,00 |
| (-) Empenhos Liquidados a Pagar até 30/04 | R\$ 89,72 |
| (-) Anulação de Empenhos Liquidados até 30/04 | R\$ 0,00 |
| (-) Cancelamento de Restos a Pagar Processados até 30/04 | R\$ 0,00 |
| (=) (In)Disponibilidade Líquida em 30/04 | R\$ 75.111,43 |
| Disponibilidade Financeira em 31/12 | R\$ 0,00 |
| (-) Saldo de Restos a Pagar EM 31/12 | R\$ 0,00 |
| (-) Cancelamento de Empenhos Liquidados até 31/12 | R\$ 0,00 |
| (-) Cancelamento de Restos a Pagar Processados até 31/12 | R\$ 0,00 |
| (=) (In)Disponibilidade Líquida em 31/12 | R\$ 0,00 |
| Percentual de variação entre e a Disponibilidade Líquida em 31/12 e 30/04 | -100,0000% |

O resultado da disponibilidade líquida em 31/12 demonstra que o órgão tem disponibilidade financeira frente às despesas contraídas nos últimos 8 meses finais de mandato do Chefe do Poder, situação que deverá ser confirmada "in loco" para fins de verificação do cumprimento do art.42 da LRF

2.5 - GF52 - Dívida de Curto Prazo

| Nomenclatura | Saldo Período Anterior | Movimento do Período | | Saldo Para o Período Seguinte |
|--|------------------------|----------------------|----------------|-------------------------------|
| | | Inscrição | Baixa | |
| <u>Restos a Pagar Processados</u> | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |
| <u>Restos a Pagar Não Processados</u> | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |
| Consignações | R\$ 0,00 | R\$ 65.073,74 | R\$ 65.073,74 | R\$ 0,00 |
| Depósitos | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |
| Outros | R\$ 0,00 | R\$ 520.979,79 | R\$ 520.979,79 | R\$ 0,00 |
| Total | R\$ 0,00 | R\$ | R\$ | R\$ 0,00 |

| | | | | |
|--|--|------------|------------|--|
| | | 586.053,53 | 586.053,53 | |
|--|--|------------|------------|--|

2.6 - GF53 - Limite Constitucional para gasto com Folha de Pagamento

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 48,64%, valor este inferior ao limite estabelecido no §1º do artigo 29A da Constituição Federal de 1988.

| | |
|--|----------------|
| Repasso total da Prefeitura | R\$ 700.000,00 |
| Despesas com inativos e pensionistas | R\$ 0,00 |
| Despesas com folha de pagamento | R\$ 340.455,65 |
| Despesa com folha/Transferências realizadas | 48,64% |
| Percentual máximo (Emenda Constitucional nº 25/2000) | 70,00% |

2.7 - GF54 - Limitação baseada em 5% da Receita do Município

| | |
|---|-------------------|
| Receita Tributária Ampliada do Exercício Anterior | R\$ 17.204.275,68 |
| Despesa total com remuneração de Vereadores | R\$ 171.056,73 |
| Limite art.º 29-A da CF/88 | 5,00% |
| Apuração do limite | 0,99% |

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 0,99%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29, inciso VII da Constituição Federal de 1988.

2.8 - GF55 - Limite da Despesa Legislativa

| | |
|--|-------------------|
| População do Município (*) | 4332 |
| Receita Tributária Ampliada exercício anterior | R\$ 17.204.275,68 |
| Percentual Máximo Permitido | 7,00% |
| Valor Permitido para Repasses | R\$ 1.204.299,29 |
| Total de Despesas do exercício | R\$ 518.522,99 |
| Percentual Apurado | 3,01% |

(*) Dados IBGE ano anterior, conforme TC 57/020/14 e TC 396/020/16.

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 3,01%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29A, Caput, da Constituição Federal de 1988.

3 - Assunto de Fiscalização: ANALISE OCP

3.1 - ANALISE OCP

Diante dos elementos apurados, verifica-se que o Órgão observou a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades.

Os valores que não se referem ao período examinado são extraídos dos relatórios de Instrução Anteriores.

Data da Geração: 07/04/2018

Hora da Geração: 03:10:15